

Ao
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CHARRUA - RS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ILUSTRÍSSIMO SENHORA PRESIDENTA

CONTRA-RECURSO ADMINISTRATIVO
À Recorrente Vargas & Soares Terceirizações.
De Flávio de Souza Dias-ME

Objeto: Contra recurso ao recurso apresentado pela concorrente **Vargas & Soares Terceirizações**, à decisão da comissão de licitação referente a Ata de nº 1.807 de 27/01/2021, publicada em 28/01/2021 na referente a **Carta Convite 01/2021**.

A empresa **FLÁVIO DE SOUZA DIAS-ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF 27.811.162/0001-66, com sede a BR153 KM 09, Coronel Teixeira, Município de Marcelino Ramos, CEP 99.800-000, neste ato através do representante legal, vem apresentar **Contra recurso** na licitação em epígrafe, o fazendo pelos fatos e fundamentos que segue anexo e integram ao presente petitório.

Do exposto, requer a vossa senhoria o recebimento e encaminhamento a autoridade superior para processamento, *ex via legis*, do presente.

**Nestes Termos
Pede e Espera Deferimento.**

Marcelino Ramos, 01 de fevereiro de 2021.



FLÁVIO DE SOUZA DIAS
Representante Legal
CPF 011 305 300-27

I - Tempestividade.

Inicialmente, comprova-se a tempestividade do contra recurso, conforme nosso conhecimento em publicação no site da PM de Charrua no dia 28/01/2021 do ato de recebimento dos recursos, em 28 de janeiro de 2021, portanto em sintonia com o artigo 4º, inciso XVIII, da lei 10.520/2002.

II - Do Objeto da Licitação.

Cuida-se de Carta Convite 01/2021 que tem por objeto a contratação de empresa especializada com fornecimento de materiais e mão-de-obra para a seleção de proposta visando contratação de empresa especializada em construção civil para a pintura de Escolas conforme edital:

1. OBJETO

Constitui objeto da presente licitação os materiais e serviços, conforme projeto e memorial descritivo, parte integrante da presente Carta Convite, sendo:

- a) Reforma da Escola Municipal Dentinho de Leite;*
- b) Reforma da Escola Municipal Carmelina Baseggio;*
- c) Reforma da Escola Municipal Osvaldo Cruz.*

III - Dos Fatos:

Na data de 28/01/2021 a Empresa Vargas & Soares Terceirizações, apresentou "**Recurso ao Edital na Modalidade Convite nº 01/2021**"; mas no escopo do recurso apresentado insurgiu-se contra à decisão da Comissão de licitações referente a habilitação e classificação da documentação e propostas apresentadas pelos licitantes FLÁVIO DE SOUZA DIAS; Realizza Arquitetura e Engenharia Ltda. e a LC Rodrigues Construções Ltda. na licitação em epigrafe desta municipalidade, o que ocorreu nos seguintes termos.

Em Ata nº1.807 a Comissão de Licitações se pronunciou, ocasião em que emitiu parecer habilitando todas as empresas participantes, sem que houvesse manifestação, no ato, ou insurgência para apresentação de recursos às habilitações por parte dos participantes; de modo e legalmente a comissão deu prosseguimento ao certame abrindo os envelopes de Propostas; Aqui transcrevemos a Ata nº1.807:

Aqui transcrita.....

Licitações, designados pela Portaria nº 6.426, de 18 de janeiro de 2021 e houve no ato licitatório a presença dos representantes das empresas Flavio de Souza Dias; Realizza Arquitetura e Engenharia Ltda; LC Rodrigues Construções Ltda e Vargas & Soares Prestadora de Serviços Gerais Ltda. Para a realização da presente licitação foram convidadas para participar do certame três empresas do ramo, conforme comprovantes existentes em anexo ao processo licitatório e as que manifestaram sua intenção de participar do certame até 24 (vinte e quatro) horas antes da data e hora da abertura dos envelopes de documentos e proposta previstos no edital. Para o certame participaram as seguintes empresas: Flavio de Souza Dias; Realizza Arquitetura e Engenharia Ltda; LC Rodrigues Construções Ltda e Vargas & Soares Prestadora de Serviços Gerais Ltda. Iniciando os trabalhos, a presidente da Comissão de Julgamento de Licitações solicitou os membros da Comissão de Licitações para que rubricassem os envelopes contendo a habilitação e as propostas de preços e que conferissem sua inviolabilidade. Prosseguindo os trabalhos, efetuou-se a abertura do envelope 01 – contendo a habilitação, sendo a mesma analisada e rubricada pela Comissão de Julgamento de Licitações, onde se verificou que todas apresentaram a documentação apta e regularizada diante da solicitação do presente edital. Em seguida, passou-se para a abertura dos envelopes de 02 - contendo as propostas de preços, onde os membros da Comissão de

Em seguida assim narra a Ata nº1.807:

regularizada diante da solicitação do presente edital. Em seguida, passou-se para a abertura dos envelopes de 02 - contendo as propostas de preços, onde os membros da Comissão de Julgamento de Licitações, analisaram a descrição dos itens ofertados pelas empresas, decidindo pela classificação das propostas. Em observância as exigências do edital quanto ao critério de empreitada por preço global – 03 (três) itens, a Comissão de Julgamento de Licitações descreve abaixo os valores praticados pelas empresas participantes do presente certame:

Fornecedores	Item 01	Item 02	Item 03
Flavio de Souza Dias	R\$ 52.500,05	R\$ 24.326,41	R\$ 23.117,55
Realizza Arquitetura e Engenharia Ltda	R\$ 57.968,36	R\$ 26.333,74	R\$ 25.022,08
LC Rodrigues Construções Ltda	R\$ 58.855,06	R\$ 26.667,76	R\$ 25.428,98
Vargas & Soares Prestadora de Serviços Gerais Ltda	R\$ 59.990,99	R\$ 26.989,40	R\$ 25.999,40

E assim encerrou a Ata nº1.807:

A empresa Flavio de Souza Dias, apresentou a proposta de valores com o menor valor praticado observando aos itens 01, 02 e 03. Considera-se assim, que a empresa está apta e em regularidade com o referido edital.

Observações do certame:

1. Para o presente certame realizou-se as seguintes consultas referentes:
 - a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS – disponível: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis> – **NÃO** constando registros impeditivos.
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP – disponível: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/cnep> -**NÃO** constando registros impeditivos.
 - c) Subsecretaria da Administração: Central de Licitações – CELIC - disponível: <http://www.celic.rs.gov.br> - **NÃO** constando registros impeditivos.

Em conclusão, a Comissão de Julgamento de Licitações abre o prazo recursal correspondente a 2 (dois) dias úteis, sendo disponibilizada a presente ata via site da prefeitura e endereço eletrônico cadastrado na fase de credenciamento pelas empresas participantes do processo licitatório. A empresa Vargas & Soares Prestadora de Serviços Gerais Ltda manifestou a intenção ao recurso durante o andamento do processo licitatório. Nada mais havendo a registrar encerrou-se a presente ata que segue assinada pela Comissão de Julgamento de Licitações.

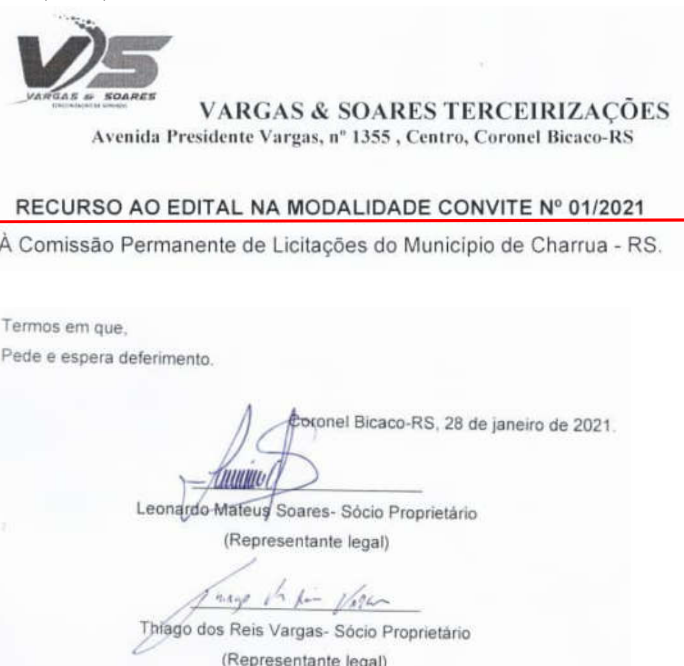
Esta é a narrativa dos fatos ocorridos, transcritos fielmente pela Douta Comissão de Licitações na Ata nº1.807.

IV - Razões Fáticas jurídicas.

O Município de Charrua - RS, através da Carta Convite 01/2021, objetiva a contratação de empresa especializada em construção civil para a execução em empreitada global da Pintura de três Escolas Municipais.

O edital, por previsão legal, faz lei entre as partes, nele prevendo, além das disposições constantes da lei de licitações, diversos critérios de habilitação e julgamento, vinculando a ele não somente os licitantes interessados em contratar com a Administração, mas também a própria Administração que não poderá agir/julgar de modo diverso a ele e à legislação.

- 01) A recorrente apresentou a Comissão de Licitações o recurso ao edital na **Data** de 28/01/2021 transcrito:



A **Recorrente** em recurso apresentado, (**JÁ** recebido pela comissão), na inicial do documento manifestou sua **insurgência ao EDITAL**. O que Data Vênia não pode ser conhecido e não há como prosperar o presente pleito, mais ainda que aventou como base ao pedido, segunda página do recurso, se socorrendo-se do artigo nº 109 §6º da Lei 8.666/93. **Não** é este o artigo que regula as impugnações ao edital. **O ARTIGO** da lei de licitações que determina as ações para impugnação requerida ao longo do Recurso apresentado é **Art. 41º§2º** aqui transcrito:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para **impugnar edital de licitação** por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

§ 3º A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

§ 4º A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subseqüentes.

No edital a administração no item 6 postou o seguinte:

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Charrua

6. DOS RECURSOS

Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do art. 109 da Lei nº 8.666/93.

a

O artigo acima mencionado declara no §6º o seguinte:

§ 5º Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

§ 6º Em se tratando de licitações efetuadas na modalidade de "carta convite" os prazos estabelecidos nos incisos I e II e no parágrafo 3º deste artigo serão de dois dias úteis.

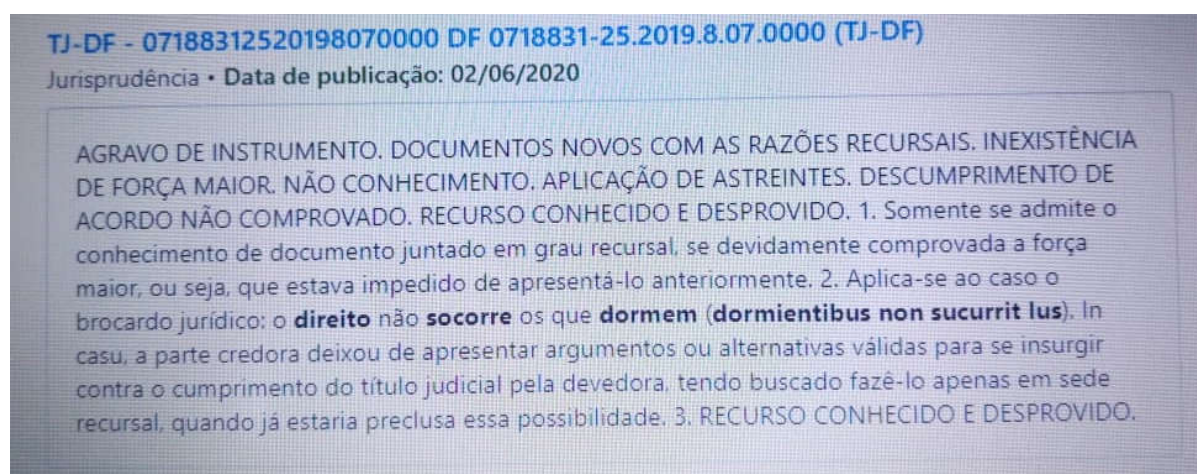
Fica evidente que este item clareia a base temporal dos prazos a serem seguidos e o concorrente deverá buscar na lei os demais procedimentos inclusive ratificando o exalado no **Art. 41º §2º**.

Seria TEMPESTIVO o recurso do Recorrente caso tivesse sido APRESENTADO ATÉ 2 (dois) DIAS ANTES DA ABERTURA DA SESSÃO DE LICITAÇÕES,

NÃO FOI!

O Direito Não Socorre Aos Que Dormem (Dormientibus Non Succurrit Ius)

Para ilustrar:



--- Poderíamos acrescentar muitas jurisprudências sobre o tema, até montar uma enciclopédia, mas sabemos da capacidade da Douta Comissão de Licitações, para se necessário adicionar outros ao tema.

Não há como prosperar o Recurso da Recorrente Vargas & Soares Terceirizações sem que se afronte um dos pilares basilares do Direito, **"Obediência aos prazos processuais"**.

Deverá a Comissão de Licitações indeferir o recurso da Recorrente por descumprimentos aos prazos legais conforme determina o **Art. 41º §2º** da lei das Licitações (lei 8.666/93).

02) A recorrente continuou em seu recurso intempestivo rogando a Comissão de licitações que inabilite as empresas **FLÁVIO DE SOUZA DIAS;** e a LC Rodrigues Construções Ltda. por não estarem cadastradas junto ao Município de Charrua - RS.

Assim reza o edital publicada pela Administração Municipal



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Charrua

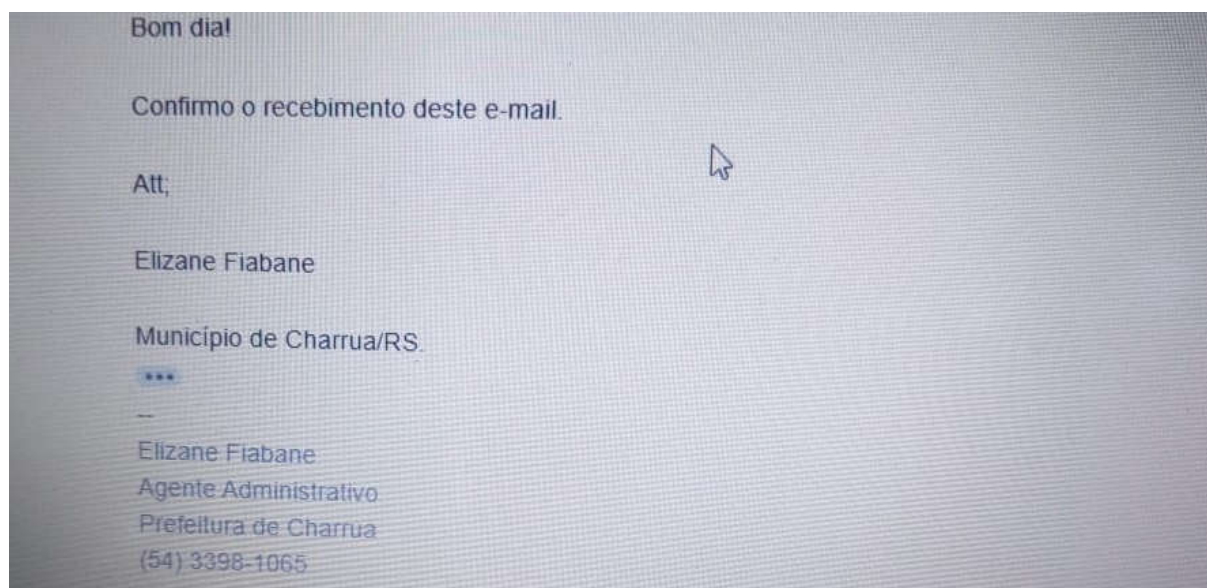
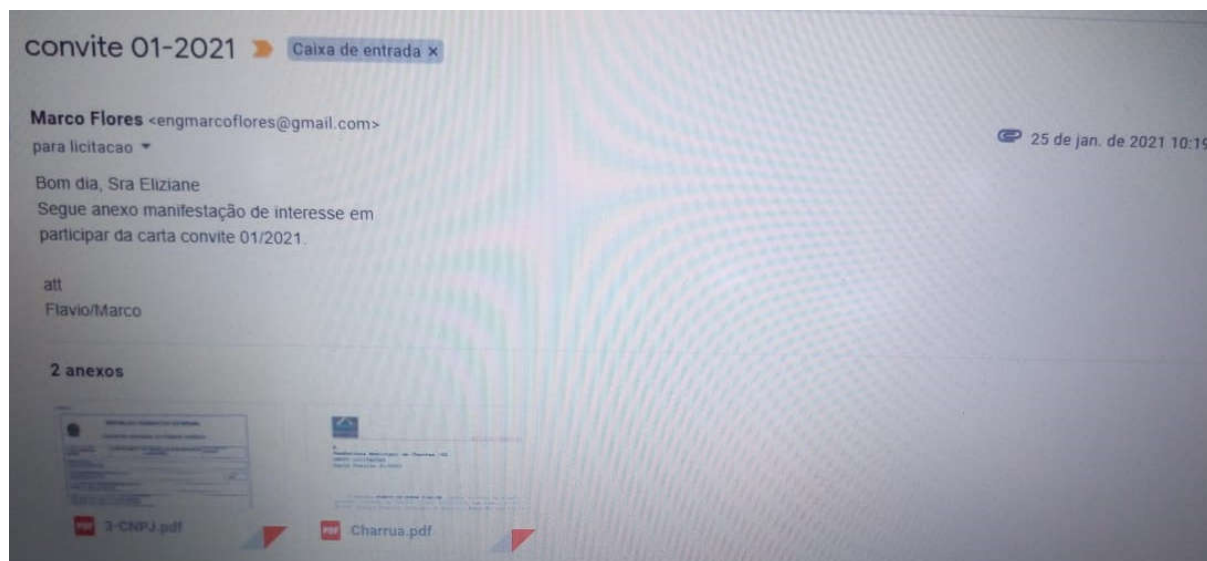
EDITAL DE CARTA CONVITE Nº 01/2021

Poderão participar as empresas do ramo pertinente ao objeto ora licitado convidadas, e as que manifestarem sua intenção de participar do certame até 24 (vinte e quatro) horas antes da data e hora da abertura dos envelopes de documentos e proposta previstos no edital.

É importante desenvolver o seguinte:

Dentre os princípios que regem o Procedimento Público destaca-se o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Isso significa que "todos os atos que regem o Ato público ligam-se e devem obediência ao edital que não só é o instrumento que convoca candidatos interessados em participar do certame como também contém os ditames que o **"regerão"**, afinal, o edital cristaliza a competência discricionária da Administração que se vincula a seus termos. Em tema de Certame Público é cediço que o Edital é lei entre as partes, estabelecendo regras às quais estão vinculados tanto a Administração quanto os participantes, a teor do art. 18 e 19 do Decreto 6944/2009. A doutrina e a jurisprudência já sedimentaram que o princípio da vinculação ao edital nada mais é que faceta dos princípios da impessoalidade, da legalidade e da moralidade, mas que merece tratamento próprio em razão de sua importância.

Nossa empresa atendeu o edital conforme e-mail abaixo transcrito:



DATA VÊNIA a recorrida **FLÁVIO DE SOUZA DIAS** apresentou a documentação referente a manifestação do desejo de participação conforme determinava o Edital, e mais, encaminhou conjuntamente também documentação, para que se fosse o caso, a Administração procedesse a abertura formal de Cadastro.

Mas ao que nosso entender seria excesso de formalismo pois a municipalidade ao elencar o rol de documentos a serem apresentados no Envelope 01 por hora da sessão licitatória teve o cuidado de se precaver quanto a capacidade das licitantes como prevê a legislação pertinente. Pois o CADASTRO neste caso é para atender este cuidado dos administradores públicos.

Eis os Documentos exigidos no
Envelope 01-Documentação:

2.1 PARA A HABILITAÇÃO O LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR NO ENVELOPE Nº 01:

- a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal);
- b) Certidão Negativa de Débitos Estadual;
- c) Certidão Negativa Municipal, sendo do domicílio ou sede do licitante;
- d) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT;
- f) Declaração de que a licitante não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre, e que não emprega menor de dezesseis anos; ressaltando que, se empregar menores a partir de quatorze anos, o faz na condição de aprendizes.
- g) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, com suas respectivas alterações, em se tratando de sociedades comerciais; e, no caso de sociedades por ações, acompanhados da ata da última eleição de seus administradores;
- h) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- i) Declaração de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte.

Cabe reforçar que solicitar ainda mais um cadastro prévio aos licitantes, com certeza implicaria em descumprimento a princípios dos processos de licitação que o administrador deve obediência. NO caso em guerra, pelo menos, o **excesso de formalismo** e o da **economicidade**.

Nossa empresa cumpriu o Edital e apresentou toda documentação requerida, tempestivamente como demostram o e-mail apresentado e exalado na Ata nº 1.807 de 27/01/2021 pela Comissão de Licitações.

Não cabe atendimento a recurso da empresa Vargas & Soares Terceirizações, em razão deste apontamento somado ao que vamos anunciar a seguir.

- 03) O Recurso apresentado pela Recorrente acusa a recorrida **FLÁVIO DE SOUZA DIAS**, de não ter apresentado o Cadastro Municipal de empresas licitantes no conteúdo do Envelope 01, como transcrito de seu Recurso nas páginas 6 e 7 abaixo copiado:

Nossa inconformidade com a decisão da Comissão Permanente de Licitações do município de Charua-RS foi justamente a condição de habilitação concedida as empresas LC RODRIGUES CONSTRUÇÕES LTDA e FLAVIO DE SOUZA DIAS, uma vez que ambas não foram empresas convidadas pela administração, devendo portanto, solicitar junto ao setor competente o seu cadastramento prévio no município e apresentar obrigatoriamente junto à documentação do envelope de habilitação a comprovação do cadastro através do CRC - CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL, medida esta que foi cautelosamente adotada pela empresa VARGAS & SOARES TERCEIRIZAÇÕES que procedeu o cadastramento no mesmo momento em que manifestou seu interesse de participar do certame - ou seja, mais de 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura das propostas - e solicitou à Administração que fornecesse CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL, documento que constou juntamente ao envelope de habilitação, em conformidade com o art. 36, § 1º da Lei de Licitações.

A Comissão Permanente de Licitações fez consignar em ata que as empresas em comento manifestaram seu interesse em participar da licitação com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura das propostas, anexando-se ao processo os e-mails impressos, porém SOMENTE ESSA MANIFESTAÇÃO DAS EMPRESAS não é capaz de suprir a exigência legal da obrigatoriedade de realização do cadastro no município.

Não houve nenhum documento dentro do envelope de habilitação de ambas as empresas que pudesse nem de longe confirmar um cadastro efetivado ou mesmo comprovar que ele havia sido feito, logo, **NÃO HAVENDO COMPROVAÇÃO DO CADASTRO**, pois não houve a apresentação do CRC por parte das empresas LC RODRIGUES CONSTRUÇÕES LTDA e FLAVIO DE SOUZA DIAS. Não é possível falar na habilitação das mesmas pois sem a apresentação da comprovação do cadastro realizado, de nada vale a manifestação de interesse, assim também seria vice-versa, se somente tivesse sido realizado o cadastro e não existisse a manifestação de interesse por parte das empresas não convidadas.

A manifestação da recorrente em tom de inconformidade nos leva a argumentação já guerreada no item 01 DESTA NOSSO DOCUMENTO ou seja da intempestividade, pois a mesma não atendeu ao mandamento da Lei 8.666 no seu Art. 43º §5º com mostrado abaixo:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

I - abertura dos envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos concorrentes, e sua apreciação;

II - devolução dos envelopes fechados aos concorrentes inabilitados, contendo as respectivas propostas, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação;

III - abertura dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos;

IV - verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;

V - julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital;

VI - deliberação da autoridade competente quanto à homologação e adjudicação do objeto da licitação.

§ 1º A abertura dos envelopes contendo a documentação para habilitação e as propostas será realizada sempre em ato público previamente designado, do qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes e pela Comissão.

§ 2º Todos os documentos e propostas serão rubricados pelos licitantes presentes e pela Comissão.

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

~~**§ 4º** O disposto neste artigo aplica-se à concorrência e, no que couber, ao concurso, ao leilão, à tomada de preços e ao convite, facultada, quanto a este último, a publicação na imprensa oficial.~~

~~(Revogado)~~

~~**§ 4º** O disposto neste artigo aplica-se à concorrência e, no que couber, ao concurso, ao leilão, à tomada de preços e ao convite. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)~~

~~**§ 5º** Ultrapassada a fase de habilitação dos concorrentes (incisos I e II) e abertas as propostas (inciso III), não cabe desclassificá-los por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.~~

~~**§ 6º** Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão. (Grifo nosso)~~

Neste quadro jurídico não há como a Recorrente dentro da **Legalidade** pleitear que a Comissão de Licitações Inabilite a Recorrida. Nossa Empresa **FLÁVIO DE SOUZA DIAS-ME** Por:

- a) Nossa Empresa estava cadastrada, conforme demonstrado no item 02 deste documento
- b) A recorrente não se manifestou durante a Sessão licitatória, **tempestivamente**, antes da abertura do Envelope 02 – PROPOSTA. Como exige a Lei 8.666 no seu Art. 43º §5º.

Num quadro hipotético deveria a recorrente ter obstruído a sessão e solicitado Prazo para Recurso pedindo as inabilitações.

NÃO o FEZ!

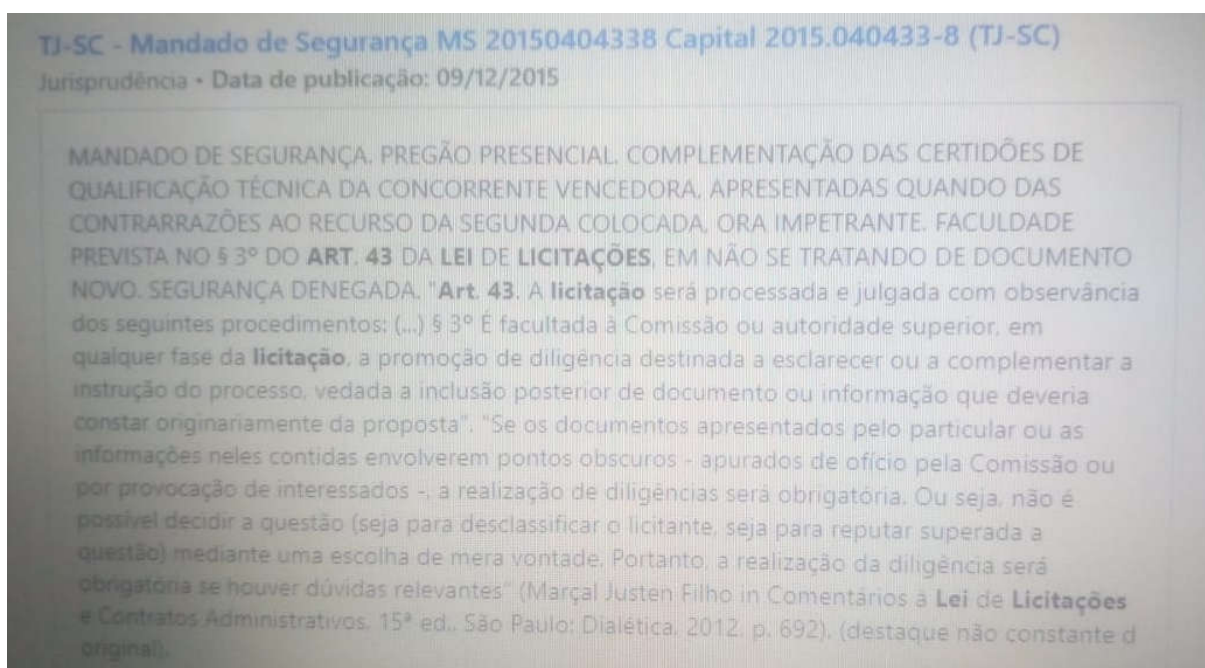
Manifestando, no transcorrer da sessão, **sua vontade** somente a tempo de pedir a desclassificação de Propostas. Mas **Não o fez**, em seu recurso apresentado **contra nossa empresa**. E aqui não é mais palco para este requerimento.

Lembramos novamente que:

O Direito Não Socorre Aos Que Dormem (Dormientibus Non Succurrit Ius)

Não há como a Comissão de Licitações aceitar o Recurso Administrativo da Empresa Recorrente, pois incorreria em grave afronta ao Edital proposto e a Legislação pertinente.

Para ilustrar:



Quanto a legislação, em atendimento a lei 8.666/93 e as demais leis e jurisprudências que a amparam, os prazos deve ser respeitados e caso houvessem "erros" ou "divergências" nos termos do Edital ou na Sessão licitatória estes deveriam ter sido alvo de impugnação por parte da Recorrente no **prazo previsto no edital e na legislação pertinente**.

Em síntese seriam estas as alegações para que a CPLJ do Município **indefira o recurso** da empresa proponente por que são tão óbvias e intempestivas as alegações que não podem prosperar de maneira alguma.

Após estas colocações a empresa **Flávio de Souza Dias -ME**, se baseia legislação pertinente, no edital apresentado pela municipalidade e jurisprudências existentes e acima mencionados para que a Douta Comissão (CPLJ) **indefira** o Recurso Administrativo apresentado pela Recorrente, **mantendo integralmente** o enunciado da ATA nº 1.807 de 27/01/2021.

Por outro lado, torna-se importante observar, desde logo, que o artigo 43, § 5º, da Lei Geral de Licitações, é importante objetivo a ser tutelado pela Administração Pública: **Garantir a legalidade dos atos que compõem um procedimento licitatório**. Estes são os nortes que devem guiar a correta interpretação do dispositivo legal mencionado.

Conforme já mencionado, o procedimento licitatório destina-se à escolha da **proposta mais vantajosa para contratar com a Administração Pública**.

Como a paridade de regras, necessária à garantia da intangibilidade do princípio da competitividade.

A Proposta apresentada pela nossa Empresa, **FLÁVIO DE SOUZA DIAS-ME**, contempla os **menores** valores para os três itens licitados.

Já a da empresa recorrente apresentou os **maiores valores entre todas as concorrentes**. Valor este sendo mais do 13% acima do menor valor apresentado.

E razão de:

- A) Nossa empresa estar devidamente cadastrada nos termos do edital e perante a legislação.
- B) A empresa Recorrente ter apresentado Recurso Administrativo contra o Edital e também contra a habilitação de nossa empresa **INTESPESTIVAMENTE**. Proporcionando a Comissão de Licitações o desconhecimento do Mérito do Recurso Proposto.

Posto isso, REQUER:

Digne-se Vossa Senhoria receber este contra recurso para, com base nos fatos e fundamentos acima expostos, **julgar o recurso oferecido pela empresa Vargas & Soares Terceirizações totalmente improcedente, e Mantenha a decisão publicada na Ata nº 1.807 do certame, tornando hígida a classificação de nossa empresa como primeira colocada no certame.**

Marcelino Ramos, 01 de fevereiro de 2021.



FLAVIO DE SOUZA DIAS
Diretor Administrativo
CPF 011 305 300-27
Representante Legal